

A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964

Martina Spohr*

Resumo:

Nosso objetivo no presente artigo é desenvolver a rede de relações criadas entre militares e o empresariado brasileiro e norte-americano em geral, no âmbito da coalizão classista civil-militar construída na década de 1960 com a finalidade de derrubar o governo de João Goulart e o próprio regime da Constituição de 1946. Esta dinâmica será analisada a partir da interação entre empresários e militares durante o período de atuação da Aliança para o Progresso, destacando o trabalho conjunto dos órgãos de informação do governo norte-americano, os comitês empresariais norte-americanos e os congêneres nacionais, buscando recuperar o desenho dessa rede de informantes das agências norte-americanas no Brasil. Tal rede, formada por militares, como o adido militar da embaixada brasileira Vernon Walters e o futuro presidente general Humberto Castelo Branco, e por empresários, como Paulo Ayres Filho, fundador do IPES, foi fator determinante para a construção do golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Empresariado e política; Relações Brasil-Estados Unidos.

Abstract:

Our purpose in this article is to recover the design of the network of relationships created between military and Brazilian businessmen and U.S. under the civil-military coalition class built in the 1960s with the aim of overthrowing the government of João Goulart and the 1946 Constitution regime. This dynamic will be analyzed from the interaction between entrepreneurs and military during the Alliance for Progress, highlighting the articulated work of the U.S. government media, the U.S. corporate committees and national congeners, seeking to recover the drawing of this network of informants of U.S. agencies in Brazil. This network, composed of military, such as military attaché at the Brazilian embassy Vernon Walters and future President Gen. Humberto Castelo Branco, and entrepreneurs, such as Paulo Filho Ayres, founder of the IPES, was one of the determining factors of the construction of civil-military coup 1964.

Keywords: Coup 1964; Entrepreneurship and politics; Brazil-US Relations.

* Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ); analista de documentação e informação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). O presente trabalho informa resultados parciais de pesquisa de doutorado iniciada no primeiro semestre de 2012

Vernon Walters, Lincoln Gordon e os militares brasileiros:

A seguir, [Gordon] descreveu-me a situação política no Brasil, que se deteriorava dia a dia, não só do ponto de vista dos progressos comunistas, mas também quanto ao esfriamento das relações com os Estados Unidos, e concluiu:

- De você quero três coisas: primeiro, desejo saber qual a posição das Forças Armadas; segundo, se tenho possibilidades, através de você, de exercer qualquer influência nesse terreno; terceiro e principalmente, não quero ser surpreendido.¹

Esta citação do adido militar norte-americano no Brasil entre 1962 e 1967, Vernon Walters, publicada em seu livro de memórias *Missões Silenciosas*, diz bastante sobre o assunto que pretendemos tratar neste artigo. A conversa, ocorrida em 1962 entre o recém-nomeado adido militar e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, demonstra exatamente as preocupações mais gerais que levaram à criação de uma rede empresarial-militar de âmbito internacional ao longo da crise dos anos 60 no Brasil.

A preocupação de Gordon com a posição das Forças Armadas frente à crise instalada era compartilhada por diferentes segmentos da elite orgânica brasileira. O tal perigo vermelho, real, porém menos estruturado politicamente do que os conservadores traçavam, perpassa todas as questões envolvidas na busca pela construção de um aparato ideológico que pudesse lutar contra tal perigo personificado, muitas vezes, em figuras como João Goulart e Leonel Brizola.

Tal preocupação, unida ao avanço do capitalismo no Brasil e no mundo fez com que a construção do caminho para o golpe de 1964 ganhasse um caráter civil-militar. Caráter esse objeto de diferentes pesquisas presentes na historiografia sobre o período. Dentro desta temática, destacamos o livro de René A. Dreifuss,² no qual encontramos pormenorizada pesquisa acerca da atuação de civis no momento do golpe em 1964.

Retomando a preocupação de Gordon e a expectativa por ele gerada em cima de Walters e do início de suas atividades como adido militar, podemos acrescentar alguns pontos levantados no debate iniciado por Dreifuss acerca da ação de classe da elite

¹ WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p. 339.

² DREIFUSS, René A.. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

orgânica apresentada pelo autor através da relação entre o complexo IPES/IBAD³ e os militares, bem como da atuação dos Estados Unidos dentro deste processo.

Dreifuss divide as correntes militares do período em três: o grupo IPES/ESG, o dos extremistas de direita e o dos tradicionalistas.⁴ Estas categorias nos permitem sistematizar a forma como esta rede de relações empresarial-militar foi desenvolvida. Os extremistas de direita eram um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas e estavam ligados a membros mais agressivos do IPES de São Paulo como Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. A representação militar mais considerável deste grupo é do brigadeiro João Paulo Burnier.

O grupo dos tradicionalistas era composto por oficiais que não receberam treinamento na Escola Superior de Guerra (ESG) e não compartilhava uma proposta de mudança social, política e econômica tão elaborada para o Brasil, sendo contra o comunismo em um sentido mais amplo. Dentre eles estão os generais Justino Alves Bastos e Amaury Kruehl.

O grupo mais expressivo e atuante no processo de derrubada o governo de João Goulart e do próprio regime da Constituição de 1946 é o grupo IPES/ESG. Dentro do IPES, o grupo era conduzido pelos generais Golbery do Couto e Silva, Herrera e Liberato. Estes estavam ligados a um movimento maior composto por outros militares, como Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Ulhoa Cintra e Antônio Carlos Muricy. Segundo este, o núcleo da conspiração era formado pelos generais Castello Branco, Cordeiro de Farias, Ademar de Queiroz, Costa e Silva, Orlando e Ernesto Geisel, Muniz de Aragão, Mamede e Alfredo Souto Malan: “Esse grupo estava ligado ao general Golbery e seu grupo, o qual realizava no IPES, associado a nós, um trabalho intenso entre os empresários do Rio e de São Paulo.” Excetuando-se o general Costa e Silva, esses oficiais estavam ligados ao estado-maior informal liderado pelo

³ IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), de vocação igualmente anticomunista, foi fundado em novembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. O Instituto, segundo seus fundadores, era uma agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos. A defesa da fortificação do regime democrático era uma das principais justificativas para a ação ideológica empreendida pelo IPES. O Instituto reunia elementos de diversas formações ideológicas. “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado.” DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 175.

⁴ *Ibidem*, p. 390-393.

general Castello Branco e integrado pelos generais Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery.⁵

Este grupo detectado por Dreifuss diz bastante sobre o ponto no qual queremos chegar. A relação entre estes militares, formados pela ESG e em grande parte ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e o empresariado aparece em diferentes fontes. Em depoimento ao CPDOC, Muricy destaca sua atuação frente ao IPES:

Não havia intimidade entre o Castelo, o Costa e Silva e o Golbery. Inclusive havia uma certa prevenção, que depois se agravou, contra o Golbery. Todo homem muito inteligente tem sempre muitos inimigos. A inteligência gera inveja. E a inveja é uma coisa tremenda. *Então eu fazia a ligação com o Golbery e com o IPES.*⁶

Como Dreifuss destaca, este é um tema que ainda precisa de estudos mais aprofundados. Seu capítulo⁷ sobre a relação entre empresários e militares indica diferentes caminhos de pesquisa. A necessidade de uma análise das atividades políticas das Forças Armadas ainda é evidente dentro da historiografia sobre o tema:

O que se tornou claro nesta pesquisa é que os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infraestrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart.⁸

Em nota, o autor relata a existência do apoio do embaixador norte-americano como articulador, tornando grupos civis e militares simpatizantes. Nessas operações destacou-se o coronel Vernon Walters. Este teria coordenado as operações de informação no Brasil. Um relatório do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), órgão do Executivo, de assessoria do presidente, enfatizou o envolvimento do coronel Walters.⁹

A ligação entre empresários e militares no âmbito Brasil-Estados Unidos sem dúvida está pautada pela atuação de Walters. O então adido militar conhecia muitos oficiais brasileiros que compunham o grupo IPES/ESG. O fato é que Walters foi

⁵ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 426.

⁶ MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. 487. Grifo meu.

⁷ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 381-437.

⁸ *Ibidem*, p. 381.

⁹ *Ibid.*, p. 420.

designado oficial de ligação entre a FEB e o V Corpo do Exército americano na Itália por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Atuou até o fim da guerra como intérprete das conversas entre o comandante da FEB General Mascarenhas de Moraes e os generais Clark e Wiffis, comandantes das tropas norte-americanas. Possuía estreitas ligações com importantes oficiais e membros do grupo IPES/ESG como os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias.

Sem dúvida o coronel Vernon Walters merece destaque. Nomeado para assumir o posto de adido militar norte-americano junto à embaixada dos Estados Unidos no Brasil, teve importante papel na ligação entre militares brasileiros e o governo norte-americano. Sua participação na Segunda Guerra ao lado da FEB fez com que conhecesse muitos oficiais que se tornaram os mais importantes representantes das Forças Armadas brasileira durante a década de 1960. Este grupo de oficiais formou-se, em sua grande maioria na ESG e liderou, junto a parcelas da sociedade civil, o processo que culminou no golpe de 1964.

O aparato civil-militar desenvolvido para a derrubada de João Goulart foi pautado pela intensa cooperação entre civis e militares. Os líderes do IPES possuíam contatos estreitos com figuras públicas norte-americanas e com o governo americano. Isso se deu com o objetivo de angariar apoio logístico para o golpe.

Os contatos foram enfatizados pela visita ao Brasil, em outubro de 1962, de uma equipe de pesquisa, a Inter Agency Survey Team, formada por membros de vários órgãos americanos e chefiada pelo embaixador William H. Draper. A equipe de pesquisa incluía o Major-General Douglas V. Johnson (Departamento de Defesa), Ludwell L. Montague (CIA), Thomas E. Naughton (AID), C. Edward Wells (USIA), Henry J. Conzanzo (Departamento do Tesouro) e William B. Connett Jr. (Departamento de Estado). Eles visitaram o Rio, São Paulo e o Nordeste e receberam cobertura para suas atividades pelos agentes diplomáticos americanos no Brasil. Essa equipe reuniu-se em São Paulo, utilizando-se de uma série de jantares e almoços com a participação exclusiva de homens para fazer contactos pessoais, tratar das questões do momento e trocar ideias sobre a conjuntura política. Os seguintes membros do IPES estavam presentes: Teodoro Quartim Barbosa, Gastão E. Bueno Vidigal, Paulo R. Magalhães, Fernando E. Lee, Vicente de Paula Ribeiro, Paulo Ayres Filho e Humberto Monteiro. Eles também se reuniram com Quirino Ferreira Neto (diretor-vice-presidente da Folha de São Paulo e diretor da Água Fontails S/A), Bruce S. Galbraith (diretor da Alba S.A.), Walter H. Gussehoven (diretor da General Motors do Brasil), Francis L. Herbert (Cia. Swift do Brasil), Joseph H. Jones (diretor da American Chamber of Commerce no Brasil, São Paulo), Francisco de Paula Vicente Azevedo (vice-presidente do Banco Comercial do Estado de São Paulo, o General Pery Bevilacqua, comandante do II Exército; o

A relação empresarial-militar entre Brasil e
Estados Unidos no golpe de 1964 – 57

General Aurélio Lyra Tavares, comandante da 2ª Região Militar do Brasil; Maria Conceição da Costa Neves, deputada por São Paulo e que mais tarde viria a se tornar uma líder ostensiva da “Marcha da Família”; Antônio de Barros Ulhoa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo, e Ruy Mesquita, filho de Júlio de Mesquita Filho, editor e proprietário do O Estado de S. Paulo e ele próprio diretor do jornal. O “Embaixador” Draper era, na realidade, o General William H. Draper (da reserva) do Exército dos Estados Unidos, viajando sob cobertura diplomática. O General Draper se manteve em contato com o IPES, visitando sua liderança após o golpe.¹⁰

Esta visita, como podemos observar, reuniu elementos civis e militares do Brasil e dos Estados Unidos. No âmbito da Aliança para o Progresso,¹¹ visitas deste tipo se tornaram frequentes. Sua presença no Brasil pode ser identificada pelo fato de que até 1963 o Itamaraty concedeu mais de quatro mil vistos a cidadãos norte-americanos. Esta quantidade de solicitações levou o Itamaraty a interpelar o embaixador Gordon. O certo é que 4968 norte-americanos chegaram ao Brasil no desembarque em 1962. O número baixou em 1963 para 2463, talvez em virtude de restrições do Itamaraty. A maioria daqueles norte-americanos era oficial das Forças Armadas, instruídos e treinados em táticas e técnicas militares e paramilitares para o combate à insurgência subversiva.

Integravam uma espécie de Exército secreto dos Estados Unidos, a *Special Forces*, e tornaram-se conhecidos como *Green Berets* (boinas-verdes), atuantes em cerca de 50 países, inclusive o Brasil, com a tarefa de combater movimentos de esquerda e reprimir intentos de insurreição.¹²

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas.

Houve um certo número de conspirações faccionárias. Um relatório da Embaixada Americana no Rio observou que “a conspiração contra o regime entre os militares brasileiros inclui o II Exército ou a Segunda Região Militar, mas não se limita a essas unidades. A conspiração generalizada é tipicamente brasileira por não ser unificada e por se ressentir da presença de demasiados possíveis líderes. Todos os

¹⁰ *Ibid.*, p. 420-421.

¹¹ Programa do governo dos Estados Unidos da América, desenvolvido entre 1961 e 1970, com o objetivo de promover reformas econômico-sociais na América Latina. Seu objetivo principal era evitar que se criassem condições para novas revoluções anticapitalistas, como a cubana (1959).

¹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 268.

grupos que conhecemos, entretanto, reconheceram a necessidade de qualquer movimento de tal ordem ser de âmbito nacional.”¹³

Muitos oficiais da reserva e da ativa compareciam às reuniões do IPES. Os contatos se intensificam no final de 1963. A participação de militares nestas reuniões era divulgada o mínimo possível. Este acobertamento era essencial para o movimento que estava em curso. De acordo com Dreifuss: “O IPES também formou um grupo de ação, operando no Rio e em São Paulo sob o nome Grupo de Levantamento da Conjuntura e a Unidade de Planejamento, com seções em outras capitais, foi responsável pela preparação estratégica e ações táticas da elite orgânica”.¹⁴

Golbery era encarregado da coordenação geral das Operações Militares e de Informação do IPES. Desempenhava papel central na campanha militar para a deposição de Goulart. “De acordo com Glycon de Paiva, o general Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe. Glycon de Paiva chegou a enfatizar que ‘sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível’”.¹⁵

Otávio Marcondes Ferraz teve importância especial nas atividades de articulação dos civis com elementos militares. Sua residência era um centro de coordenação, sincronizava suas atividades com as do general Ulhoa Cintra, Cordeiro de Farias, Menezes Cortes, José Canavaro, marechal Denys, almirante Penna Boto, brigadeiro Grün Moss. Foi figura chave para a ligação com oficiais mais jovens: tenente-coronel Fernando Cerqueira Lima, tenente-coronel Rubens Resteel e o major Bozon. Outros civis que mantiveram este tipo de contato foram Júlio de Mesquita Filho, Hebert Levy, Armando Falcão, Prudente de Moraes Neto, Eldino Brancante, membro da American Chamber of Commerce de São Paulo.

Além dos ativistas civis, Golbery se cercou de um grupo de jovens oficiais: capitão Heitor Aquino Ferreira, tenentes-coronéis Gustavo Moraes Rego, Rubens Reestel, João Baptista Figueiredo, majores Leônidas Pires Gonçalves, Danilo Venturini e Octávio Medeiros, e oficiais mais veteranos, como o coronel Ivã Perdigão, tenente-coronel Octávio Alves Velho e o general Agostinho Cortes. Segundo Dreifuss: “O complexo IPES/IBAD também exerceu pressão sobre o corpo de oficiais estimulando

¹³ Telegrama enviado pelo Embaixador Lincoln Gordon ao Secretário do Departamento de Estado. Controle 18.462, n. 2.275, 22/05/1963, Arquivos JFK, NSF. DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 422.

¹⁴ *Ibidem*, p. 383.

¹⁵ *Ibid.*

(...) um harmonioso relacionamento ideológico e político entre os militares e os empresários e, através da mídia, preparando o clima para a intervenção militar”.¹⁶

Estas considerações acerca do relacionamento entre empresários e militares feitas por Dreifuss estão longe de esgotar a questão. Partindo de suas impressões e dos inúmeros nomes referenciados ao longo de seu trabalho podemos desenvolver uma importante rede de relações envolvendo elementos civis e militares, brasileiros e norte-americanos.

Paulo Ayres Filho, IPES e atuação dos empresários.

Paulo Ayres Filho, um dos eixos de análise de nossa pesquisa, possuía importante relacionamento com os militares. Em suas memórias, ressalta seu apoio ao movimento conspiratório como algo libertador e essencial para o desenrolar dos fatos. Em documento encontrado em seu acervo,¹⁷ podemos observar o quanto esta relação entre o alto comando militar do golpe e os civis nele envolvidos era evidente, reverberando pelos anos seguintes.

Paulo Ayres Filho foi um dos fundadores do IPES. Em depoimento¹⁸ relata sua participação na fundação da entidade e alguns elos importantes de relacionamento como os que ele mesmo chama de “amigões”: Gilbert Huber Jr., João Baptista Leopoldo Figueiredo, ambos igualmente fundadores e membros atuantes do IPES.

Em seu arquivo encontramos um texto intitulado “A Revolução Brasileira”,¹⁹ onde discorre sobre a formação do IPES, indicando as primeiras reuniões de encontro entre os principais empresários fundadores.

¹⁶ *Ibid.*, p. 389.

¹⁷ O acervo de Paulo Ayres Filho encontra-se no CPDOC/FGV e em processo de tratamento por uma equipe por mim coordenada. É constituído de ampla documentação acerca da relação empresarial-militar no período, bem como de uma quantidade expressiva de documentos do IPES de São Paulo. Este fundo é o ponto de partida para a construção desta rede de relacionamentos que incluía empresários e outros elementos civis e militares de diferentes origens.

¹⁸ Referimo-nos ao depoimento de Paulo Ayres Filho ao projeto História Oral do Exército em: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, v. 7.

¹⁹ René A. Dreifuss trabalha com este texto de Paulo Ayres Filho, indicando que o mesmo foi publicado em 1965 em BAILEY, N. *Latin America: politics, economy and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965 em inglês. A palestra foi originalmente proferida no Center for Strategic Studies da Georgetown University em Washington D.C. durante o colóquio “The Strategic Importance of Latin America in World

Dessas primeiras reuniões que tiveram, surgiu a ideia de se fundamentar a reação democrática na total coordenação dos esforços já em desenvolvimento em São Paulo e no Rio de Janeiro, como base para um trabalho que, pouco a pouco, se estendesse no país todo. Surgiu, então, o primeiro grupo organizado para a luta pela Liberdade. Esse grupo reunia empresários e profissionais liberais plenamente conscientes de suas crescentes responsabilidades sociais num país como o Brasil e decidiu fundar o IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Esta nova entidade procurou conquistar o apoio financeiro dos setores empresariais para promover a organização dos demais setores da atividade para a luta comum contra a infiltração comunista e pela solução democrática dos problemas do país.²⁰

Dreifuss o define: “Contudo, Paulo Ayres Filho, dedicado anticomunista, já havia, parece, feito algum trabalho de base nesta esfera.”²¹ Podemos complementar a informação do autor afirmando, a partir da documentação levantada, que ele efetivamente vinha fazendo trabalhos neste sentido e continuou fazendo-os para divulgar os preceitos do novo regime implementado após o golpe de 1964.

Este empresário da indústria farmacêutica teve grande atuação internacional. Podemos afirmar sua proeminência com base em informações encontrada em seus papéis. A existência de uma vasta correspondência com diferentes intelectuais orgânicos norte-americanos – desde empresários até membros do alto escalão dos governos John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969) – são evidências da entrada internacional que ele tinha. Alguns nomes, como Ralph Dungan (Assessor do presidente Kennedy), Niles Bond, Lincoln Gordon, Enno Hobbing, David Rockefeller, entre outros, fazem parte deste universo. O conteúdo das cartas traz um tom bastante informal, chegando em alguns casos a ser íntimo.

Relatos sobre encontros informais na casa de alguns destes elementos nos fornecem importantes informações sobre a rede que vinha se formando. Além deste tipo de correspondência, temos uma vasta quantidade de convites e participações de Paulo Ayres Filho em congressos e conferências internacionais. As comunicações realizadas também estão em seu arquivo. Nelas observamos um conteúdo nitidamente liberal e preocupado com os rumos da política internacional e seus reflexos no Brasil. Uma parte grande de documentação IPES de São Paulo está nele localizado. Nesta documentação muita correspondência internacional, planos de ação e relatos de viagens de membros

Politics”, realizado em julho de 1964. Em seu acervo temos uma versão em português. Arquivo Paulo Ayres Filho. CPDOC/FGV.

²⁰ Arquivo Paulo Ayres Filho. BR CPDOC PAF pi AYRES FILHO, p. 1964.07.00.

²¹ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 174.

do IPES aos Estados Unidos foi levantada. Em livro biográfico e de depoimentos chamado *Vai fazer, faça direito!*,²² Ayres Filho relata o encontro de empresários com Kennedy em 1963 e diz ter sido o escolhido para apresentar ao presidente norte-americano a posição dos empresários brasileiros. Podemos concluir, a partir de seu arquivo pessoal, que Paulo Ayres Filho era um efetivo intelectual orgânico representante do grupo do capital multinacional e associado.

Em 9 de dezembro de 1970, Paulo Ayres Filho recebeu um convite do general Ernani Ayrosa da Silva, então chefe do Estado-Maior do II Exército, para uma reunião no quartel-general, para abordarem “assuntos de comum interesse”. Na carta datilografada, há uma observação escrita à mão por Paulo Ayres Filho, indicando que recebera na ocasião uma placa com a bandeira do II Exército em metal com a inscrição “Ao Doutor Paulo Ayres Filho, uma homenagem do II Exército”. Anexada à carta, encontramos uma lista de convidados, todos empresários. Dentre eles, Jorge Fragozo (presidente da Alcan – Alumínio Brasil), Fúlvio Pellegi, Horácio Cherkassky (presidente da Cia. Fabricadora de Papel), Adolpho da Silva Gordo (presidente do Banco Português do Brasil S.A.), Oswaldo Ballarin (presidente da Cia. Nestlé), Walter Bellian (presidente da Cia. Antarctica Paulista), Ítalo Francisco Taricco (gerente-geral do S.A. Moinho Santista), José Clibas de Oliveira (presidente da Indústria de Chocolates Falchi), Sebastião Camargo (presidente da Construtora Com. Camargo Correa S.A), Pery Igel (presidente do grupo Ultra) e Henning Albert Boilesen (presidente da Cia. Ultragás).

Os dois últimos nomes se tornaram, nos últimos três anos desde o lançamento do documentário *Cidadão Boilesen*, famosos personagens do desenrolar do relacionamento entre militares e empresários após o golpe de 1964. O filme demonstra claramente a rede formada no Brasil na segunda metade da década de 1960 em torno, basicamente, de empresários e militares diante da crise política então instalada no país. Com depoimentos de diferentes personagens e testemunhas, traz confirmações da participação política dos empresários no processo. Depoimentos de diretores do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

²² AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007. Trata-se de um livro publicado em sua homenagem, organizado pela sua família. É composto de depoimentos de familiares e pessoas próximas a Paulo Ayres Filho, relatos de momentos de sua atuação como empresário e reprodução de alguns documentos de seu arquivo.

(DOI-CODI), como o delegado Paulo Bonchristiano, Robert Corrigan, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Peter de Vos, oficial do consulado dos Estados Unidos em São Paulo, Arthur Moura, adido militar dos Estados Unidos no Brasil em 1968, e de políticos como o ex-governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, todos confirmando a participação militante do empresário dinamarquês Henning Boilesen, em diferentes momentos políticos do país, antes e depois da queda de Goulart, reforçam a importância de estudos nesta direção. Para chegar ao financiamento da Operação Bandeirantes (OBAN), ponto principal do documentário, os diretores reconstroem a trajetória de Boilesen até sua morte em abril de 1971, quando foi justificado por membros do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Sua atuação política ao longo da crise dos anos 60 proporcionou a construção desta rede de relações político-empresarial.

Apesar de estar evidente, através principalmente das informações presentes neste documentário, que a participação dos empresários não se esgotou no momento do golpe, Paulo Ayres Filho, em carta de agradecimento à homenagem, apresenta uma postura bastante curiosa.

São Paulo, 18 de dezembro de 1970.

Exmo. Sr.

General de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do Estado-Maior do II Exército

Ibirapuera

São Paulo

Senhor General,

A bela lembrança de homenagem que recebi de V.S. em nome desse glorioso Exército, emocionou-me e alegrou-me profundamente. Empenhado, desde 1950, no combate às ideias subversivas que ainda hoje ameaçam a paz e o progresso do nosso país e de todo o mundo ocidental, tive a oportunidade e a honra de, entre muitas outras iniciativas do passado, ser um dos fundadores do IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que tão relevantes serviços prestou à nação no período de 1961 a 1964. *Recebi, pois, aquela demonstração de apreço de V.S. e dos seus companheiros, mais como um prêmio pela minha lealdade perene aos ideais cristãos e pela minha inabalável fé na Liberdade, do que por qualquer contribuição pessoal que tenha prestado às causas e operações no presente.*

Creia-me sinceramente grato pela carinhosa homenagem recebida em companhia de outros empresários paulistas.

Desejando a V.S., companheiros de II Exército e famílias, um Natal e um Ano Novo pleno de felicidade e sucesso,

A relação empresarial-militar entre Brasil e
Estados Unidos no golpe de 1964 – 63

Muito cordialmente,

Paulo Ayres F^{o23}

É interessante observar a ênfase dada por Ayres Filho na sua isenção de participação ou contribuição para as “causas e operações no presente”. A passagem é indicativa de que a conexão entre os empresários – inclusive, teoricamente, pelo menos, os estrangeiros – e os dirigentes golpistas permaneceu ativa após a tomada do poder.

Referências Bibliográficas

Arquivo Paulo Ayres Filho (depositado no Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV)

AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003, v. 7.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

²³ ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifo meu.